
TRABALHO, POLÍTICA E IDENTIDADE: DA FRAGMENTAÇÃO À SÍNTESE

Marco Aurélio Santana*

RESUMO

O artigo apresenta alguns dilemas colocados às proposições do paradigma emancipatório moderno, cujo centro repousa no mundo do trabalho, indicando a construção de outras possibilidades político-analíticas a partir dele. Parte-se da idéia de que, se uma parcela dos agenciamentos coletivos, enquanto síntese na busca de uma sociedade igualitária, vai demonstrando suas limitações, já se pode sentir a emergência de novas alternativas que não só levam em conta a diversidade de atores envolvidos em sua articulação, como vão redeseñando as formas de organização e as práticas do movimento dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho, trabalhadores, movimentos sociais, identidade.

INTRODUÇÃO¹

As últimas três décadas do século XX foram palco de transformações rápidas e radicais que varreram a sociedade contemporânea, e cujas reverberações vão sendo sentidas até hoje. Pode-se dizer que as épocas de crise e de mudança sempre se prestaram ao aparecimento de prognósticos e avaliações que, por estarem embasados em uma realidade movediça, muitas vezes, acabam por indicar mais as (des)esperanças ou expectativas dos avaliadores do que cenários realmente existentes. Nos dias atuais, temos no mercado de análises um espectro de posições bastante díspares acerca das transformações sofridas pela sociedade. Tais análises têm como um dos dados principais de diferenciação a qualificação dos cursos e sentidos dessas mudanças. Onde nos levariam? As questões centrais têm sido colocadas para aqueles setores vinculados ao campo progressista. Estariam em xeque os valores por ele defendidos e as suas certezas acerca da história e de nossa sociedade? Diante de um quadro do estado atual de coisas, o que fazer?

Sem sombra de dúvida, os efeitos das mudanças em curso colocaram questões de fundo para todos os movimentos identificados com a perspectiva coletiva de transformação social. Mais do que nunca se torna necessário repensar teorias e práticas de intervenção. Se de alguma maneira estes movimentos já estiveram marcados pela unidade, por um discurso e ações que buscavam englobar demandas muito variadas sob um feixe único, hoje, estão às voltas com um processo de grande complexificação.

Este artigo apresenta alguns dilemas colocados às proposições do paradigma emancipatório moderno cujo centro repousa no mundo do trabalho, indicando a construção de outras possibilidades político-analíticas a partir dele. Parte-se da idéia de que, se parcela dos agenciamentos coletivos, enquanto síntese na busca de uma sociedade igualitária, vai demonstrando suas limitações, já se pode sentir a emergência de novas alternativas que não só levam em conta a diversidade de ato-

*Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Mestrado em Memória Social e Documento - Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

¹Este artigo desenvolve, amplia e atualiza a reflexão preliminar que fiz sobre o tema e que foi publicado na Revista Proposta, n. 76, FASE, Rio de Janeiro, 1998. Gostaria de agradecer aos pareceristas de "Teias – Revista da Faculdade de Educação da UERJ" pelas sugestões ao trabalho.

res envolvidos em sua articulação, como vem redesenhando as formas de organização e as práticas do movimento dos trabalhadores.

Não teremos espaço no âmbito desde trabalho para um tratamento em maior extensão e aprofundamento de todos os aspectos da questão. Ficaremos bastante próximos da abordagem ensaística. As idéias aqui levantadas servem mais como hipóteses de trabalho do que propriamente posições fechadas a respeito do tema.

O CURSO DAS MUDANÇAS

Um aspecto muito presente nas proposições acerca das transformações pelas quais passaria a sociedade contemporânea seria aquele referente não só ao mundo do trabalho, mas também a todo o arcabouço *civilizatório* construído ao seu redor (HARVEY, 1993; OFFE, 1994). As mudanças que atravessariam o universo do trabalho levariam a crer que ele enfrentaria uma alteração radical em qualidade e quantidade (PIORE; SABEL, 1984), e que tais redefinições imporiam outras correlatas em termos sociais e políticos.

De forma bastante esquemática, poderíamos indicar que tais transformações na esfera produtiva seriam em um cenário crescentemente globalizado, as unidades produtivas vão sendo substituídas por outras de porte menor e com produtividade maior ou equivalente²; a produção passa a ser concebida como “enxuta”, transferindo a parcela do trabalho fora do “foco” central da empresa para uma outra empresa subcontratada ou “terceirizada”, e o setor industrial perde volume frente ao setor de serviços³. Por seu turno, a segurança do pleno emprego foi substituída pela insegurança do desemprego de tom perene. Os sistemas de contratação foram duramente atacados, em busca de uma maior *flexibilização* da produção e dos mercados. Formas de contratação *flexíveis*, antes consideradas atípicas, passam a ser a regra. As políticas de proteção ao indivíduo, dentro e fora do trabalho, foram sendo substituídas por políticas de aumento da competitividade.

A própria avaliação acerca da desigualdade social mudou de perspectiva. Pensada antes como problema a ser tratado com o aumento dos benefícios sociais, passava, sob a ótica *neoliberal*, a ser identificada como necessária para o maior engajamento e desempenho dos indivíduos na sociedade. Neste panorama, o Estado, premido pela vaga das privatizações, vai tendo suas funções diminuídas, sai de cena o Estado empreendedor, do bem-estar social, para aparecer um outro, o Estado mínimo.

Na esfera sócio-política, indicaríamos os impactos sofridos pelos sindicatos ao longo do processo. Parecendo atrelados ao modelo *fordista*, os sindicatos não conseguiram se desvencilhar de

²Os processos aqui descritos de forma esquemática assumem formatos variados em termos concretos. No caso do porte das empresas, apesar das grandes corporações ainda serem a tônica, não se pode esquecer o enorme movimento de “enxugamento” por que passaram as empresas e suas unidades produtivas em termos globais. O chamado *downsizing* atingiu os mais variados setores, produzindo uma das vertentes do desemprego de massa em termos globais. A indústria automobilística, exemplo maior do fordismo, serve aqui outra vez. Se no passado já contabilizaram até 40 mil operários nas linhas de produção, no interior de uma única planta, hoje, essas mesmas plantas têm operado com um número cerca de 4 vezes inferior.

³Em alguns casos chega-se mesmo a duvidar de que o trabalhador industrial prosseguirá existindo. Sobre o debate, com uma perspectiva crítica a respeito, ver Beynon (1992).

uma realidade marcada pelo grande porte, pela exterioridade às empresas⁴, pela rigidez e pelo enfrentamento direto. Assim, foram sendo vítimas imediatas de uma diminuição na sindicalização e de uma dificuldade de competir em velocidade e adequação aos impasses que as mudanças foram trazendo. Junte-se a isso o desemprego e a informalização que corroeram grandemente o poder de agenciamento das máquinas sindicais (ANTUNES, 1993).

A partir dos primórdios dessas mudanças, Claus Offe lançava seu questionamento acerca da validade de se manter a centralidade da categoria *trabalho* como chave para o entendimento sociológico⁵. Segundo ele, o trabalho estaria deixando de situar-se como o fato social principal. Dessa forma, as esferas do trabalho e da produção diminuiriam radicalmente sua capacidade de estruturação e de organização da vida social, abrindo espaço para “novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade” (OFFE, 1994, p. 197). Assim, restariam algumas perguntas que, entre outras, orientariam reflexões posteriores: como, isto é, sob que bases, se organizaria agora a até então chamada “sociedade do trabalho”? Se o *trabalho* sai de cena, como ficaria todo o verdadeiro arcabouço civilizatório que se erigiu em seu entorno? E as formas organizativas às quais ele deu origem em nossa sociedade, tais como os sindicatos, poderiam ter vigência em outra ordem?

Deste ponto de vista, profundas transformações de padrões societários já estariam em curso. A classe trabalhadora, em muitos projetos políticos, pensada una, e com um compromisso histórico com a transformação social, dá sintomas de que se pluraliza e diversifica. Ela agora demandaria muito mais que apenas melhores salários e condições de trabalho. Suas demandas viriam parciais e setorizadas, não apenas tradicionalmente, por categorias e setores produtivos, mas também por fontes, tais como cor, sexo, etnia e opção sexual. Toda uma pletera de reivindicações, que por não se integrarem nas demandas mais tradicionais agenciadas pela classe trabalhadora, fazia mesmo pensar se a identidade aglutinada em torno da classe seria suficientemente ampla para integrar tais reivindicações. Daí que, em muitos casos, a identificação de classe ficaria secundarizada por uma outra identidade que vincularia os indivíduos a outros grupos mais amplos em termos de setores sociais, mas que demandavam direitos comuns, em um processo que produziria recortes transversais no corpo social. O processo político correlato seria um certo enfraquecimento da representação das grandes máquinas políticas, como sindicatos e partidos, em detrimento da ação dos indivíduos em movimentos específicos, particulares e pontuais.

Um dos grandes exemplos desta mudança político-societária, tomada de forma geral, estaria estampado na simbólica ocupação de antigas fábricas pelos *shopping centers*. A *sociedade das chaminés* se tornaria a sociedade dos *shopping centers* (ROUANET, 1987). Os templos da produção se tornam templos do consumo. Este simbolismo é rico em representações. Os trabalhadores ali, atuando em ambiente *clean* e pretensamente sofisticado, longe do poluído e barulhento *chão de fábrica*⁶, estão separados em pequenas unidades desconectadas, competindo du-

⁴Em grande medida, a exterioridade dos sindicatos se deveu à posição que lhe foi relegada pelo fordismo, que os mantinha externos às empresas e com papel determinado em termos de negociação dentro do sistema. Apesar da luta sindical travada por alguns setores para organizar-se no interior fabril, isso foi limitado historicamente.

⁵Deve-se assinalar que muitos setores da literatura acabaram por incorporar as formulações de Claus Offe de forma um tanto acrítica e sem mediações com as realidades que buscavam analisar. Ver Antunes (1999).

⁶Deve-se lembrar que tal metáfora da conta apenas em parte das complexidades do processo. As estratégias de terceirização e precarização do trabalho que se desenvolvem a plenos pulmões na economia contemporânea, por exemplo,

ramente entre si e com os membros de outras unidades, informalizados em termos de contratos, apresentando uma certa resistência à sindicalização e à política, o que pode ser reforçado, em parte, no caso da existência de uma burocrática e conservadora representação sindical daquilo que seria a sua categoria profissional.

Os trabalhadores se perceberiam e identificariam mais como intermediários na lógica do consumo do que produtores na lógica da produção. Vale lembrar a disseminação deste tipo de visão que, mesmo no coração da produção, tem-se operado através do quase banimento de termos como “trabalhador” e “operário”, que vêm sendo substituídos por outros tantos, tais como, “colaborador”, “parceiro”, “cliente/fornecedor interno”, apagando discursivamente qualquer possibilidade mais politizada e conflitiva de identidade e classificação. Neste universo de sentido, fica excluída toda idéia de “luta” e “conflito”, em nome da “colaboração”.

Obviamente, este cenário não se constrói de maneira homogênea. Com padrões de implantação irregulares ao redor do globo, ele traria ao menos os sinais das dificuldades presentes e futuras em termos de intervenção política para os setores que, a partir de uma determinada concepção acerca do social, lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. Será que as transformações em curso indicariam ou induziriam a pensar na obsolescência ou inoperância destas propostas e, correlatamente, nos mecanismos utilizados para sua implantação? Por onde (re)começar?

TRABALHO E POLÍTICA: QUE IDENTIDADE?

O processo de transformações pelo qual passa a sociedade contemporânea em dimensões planetárias representa a um só tempo a conjugação, combinação e reapresentação de algumas realidades nem tão novas. Porém, este quadro, pode denunciar também, o que seria a incapacidade de certas formulações político-analíticas do campo progressista de dar conta do que se passa no interior destas mudanças e propor alternativas.

É aqui que devemos nos ater a um ponto central que trata da articulação entre trabalho, cultura e política. Na tradição já clássica dos movimentos emancipatórios modernos⁷, assumia-se que, a partir do mundo do trabalho, se engendrariam processos sociais, culturais e políticos, cujo centro seria o agrupamento de indivíduos que vivem de seu trabalho. Seria mesmo a partir destes processos que se poderia vislumbrar não só as possibilidades dos movimentos emancipatórios, mas também o germe da sociedade futura.

Durante bastante tempo, a tradição de esquerda mundial, pelo menos em sua parcela majoritária, pré-concebeu a classe trabalhadora e suas tarefas que decorreriam naturalmente, de forma lisa e direta, de sua localização no contexto sócio-econômico⁸. Foi a partir desta localização e de suas decorrentes tarefas que, via uma visão uniformizadora e homogeneizante, a *classe operária* foi alçada ao palco como personagem central da montagem. Portadora de um projeto histórico, tal classe já trazia pré-definidos seus passos em direção ao futuro. Este projeto, dotado de demandas, for-

tem garantido, em vários setores, ambientes bastante insalubres de trabalho que em nada se parecem com o suposto ascetismo dos shoppings. Há claras e finas conexões que alinhavam, por exemplo, os ambientes ascéticos do consumo e a produção sombria nas sweat-shops.

⁷Ainda que em matizes diferenciados esta preocupação pode ser encontrada tanto na tradição marxista como na anarquista, por exemplo.

⁸Para uma visão abrangente acerca do conceito de classe social, sua variabilidade e desenvolvimento no interior da teoria social ver Marwick (1980) e Joyce (1995).

mas organizativas e estratégias, era proposto em termos de uma classe supostamente formada apenas por machos, adultos e brancos, mesmo onde eles não eram a maioria.

Com isso, foi-se relegando todo tipo de pluralidade, diferenciação e diversidade que, obviamente, já existiam no seio da classe. Mais ainda, se deixou também de ver a classe como uma possibilidade identitária particular dentre outras possíveis e existentes - e com as quais se poderia dialogar - e que, como elemento catalisador, pontual e provisório, abarcava, ainda que com centralidade, apenas um feixe de demandas e propostas determinadas.

Além disso, ao perder de vista a diversidade interna dos elementos constituidores da classe, perdia-se também as possibilidades de articulações e conjunções, constituindo outra constelação identitária com aqueles de *fora* da classe, ou mesmo posicionados em sua órbita. Nos projetos, à exceção de um pequeno auxílio externo auspicioso, neste caso aceitável⁹, a classe trabalhadora com suas demandas características, unitárias e uniformizadoras, podia bastar-se a si mesma.

A centralidade dada a uma idéia abstrata da classe forneceu ao sindicato, no campo da representação mais imediata de demandas, sua própria centralidade¹⁰. Devido ao seu peso de estrutura e organização, ele se distinguia dos demais instrumentos organizativos de classe. Daí, o que seria o chamado *movimento operário*, com sentido bem mais amplo em termos políticos e organizativos, acabava por ser submetido à idéia reduzida da forma *sindicato*. Em muitos casos, os sindicatos acabaram por afinar e reduzir o escopo de um movimento de classe bem mais rico e frutífero, que tinha na forma sindicato um de seus importantes pilares. Assim, diferentemente do que deveria ter acontecido, a proeminência do sindicato muitas vezes levou ao esvaziamento de outros movimentos que lhe eram paralelos e complementares¹¹.

O fato, porém, é que pensando sempre a classe como grande pólo aglutinador, estável e perene, o que ela em certos momentos foi, as leituras e propostas políticas que se faziam com forte centro no aspecto econômico, percebiam qualquer outra demanda vinda do interior ou do exterior da classe, como passível de dividir e desviar o centro da luta da classe trabalhadora contra o capitalismo. Tudo o mais parecia decorrer desta vitória da classe sobre o império do capital. O socialismo traria condições que varreriam da face da terra as injustiças e desigualdades econômicas e sociais. Não haveria mais espaços para preconceitos e discriminações fossem elas quais fossem. Foi assim que se deixou de perceber, ou subestimou, o fato de que, em seu presente, a classe tinha sexo, cor, religião, nacionalidade, enfim, vários princípios de pluralidade e diversidade.

Em muitos casos, a paralisia imposta ao conceito substituíu a realidade movediça. Mais do que analisar e entender as ações concretas de grupamentos humanos em seus movimentos coletivos, gestados a partir de uma experiência comum, histórica, processual, viva e contraditória (THOMPSON, 1980), a teoria servia como conformadora deste mesmo fenômeno. Se a realidade concreta não funcionava como a teoria, que se mudasse, ou enquadrasse, a *inconformada* realidade.

⁹Lembremos, aqui, o adágio leninista de que entregue a si mesma, a classe trabalhadora apenas chegaria ao estágio da consciência sindical do economicismo. Daí a necessidade da vanguarda no florescimento da consciência revolucionária.

¹⁰Forneceu também uma posição ainda mais proeminente ao partido. Porém, dados os objetivos e o espaço deste trabalho, ficaremos restritos a reflexão acerca dos sindicatos.

¹¹Falamos aqui em termos bastante gerais. Em muitos casos houve até mesmo uma potenciação entre a luta sindical e os outros movimentos da classe, fortalecendo-se mutuamente.

Este tipo de perspectiva fez com que a classe trabalhadora, em muitas análises, parecesse sempre fora do *esquadro*. Os conceitos de *atrasada*, *alienada*, *pouco consciente*, presentes na teoria e ainda mais na prática política, buscavam dar conta do porquê a realidade não se movia como nos textos e projetos. Serviam também para tentar amenizar os efeitos de constatações não só da existência desta pluralidade, como as posturas em nada *revolucionárias* que setores da classe poderiam ter contra outros, tais como, preconceitos raciais, de opção sexual, ou ainda contra as mulheres. Como aceitar que o personagem central na montagem do processo de luta pela transformação da sociedade poderia ser afeito às práticas de tipo racistas, xenó-fobas, machistas e mesmo conservadoras?

AS POSSIBILIDADES DA CONJUGAÇÃO NO PLURAL

Aceitando que este tipo de formulação já apresentava seus limites no quadro anterior, caberia perguntarmos da adequação e utilidade deste modelo teórico-prático em um contexto de intensa complexificação das relações sociais de forma geral e daquelas referentes ao mundo do trabalho em particular¹². Isto nos parece fundamental para pensarmos o campo de ação dos movimentos dos trabalhadores, em particular o sindicato, enquanto representação não mais de uma classe percebida como um bloco monolítico; mas, sobretudo, como um elemento catalisador de diversidades com referência ou ponto de partida na esfera do trabalho.

Em um contexto que conjuga informalidade e desemprego, em uma lógica que visa destituir os trabalhadores até mesmo de seus mais elementares direitos, como sobreviveria a máquina de organização sindical, sem que muito de suas premissas sejam alteradas, agilizando sua capacidade de dar conta de novas questões, e impedindo a corrosão de sua representatividade? No enfrentamento do *precário e instável mundo novo*, que desenho deveriam ter hoje, em termos organizacionais e políticos, os movimentos dos trabalhadores? Essa tem sido uma questão a rondar militantes e sindicalistas em todo o mundo.

No cenário global, ganha relevo a busca dos indivíduos por outras formas de identidade para além daquela definida economicamente. Se é que algum dia este tipo de identificação foi plenamente soberano, ele agora parece ceder lugar e/ou compartilhar espaços com diferenciadas formas de percepção dos indivíduos acerca de sua inserção na vida social. Isto acarreta uma redefinição óbvia de vontade política e dos instrumentos para sua realização. É crescente a perspectiva de pluralização e diversificação das demandas egressas dos mais variados pólos, dentro e fora da classe trabalhadora. Este processo amplia e radicaliza possibilidades já anteriormente existentes. A própria lógica do trabalho foi sempre perpassada por outras variáveis de tipo societário, o que, muitas vezes, foi historicamente obscurecido.

Mais do que apenas desmontar ou embaralhar identidades já constituídas, o processo em curso gera novas possibilidades identitárias que perpassam todo o tecido social. Mais do que se identificar apenas enquanto trabalhador, o indivíduo pode-se identificar enquanto negro ou homossexual. No limite, dependendo da situação, pode mesmo se identificar como trabalhador, morador de alguma comunidade e homossexual. Neste sentido, não estão inviabilizadas nem a luta em prol de demandas particulares, oriundas de uma das identificações, nem a articulação entre elas.

¹²No caso específico da questão do gênero, uma visão desta dificuldade em termos tanto da literatura quanto da prática sindical pode ser encontrada, por exemplo, em Milkman (1990).

Claro está que ao mesmo tempo em que apresentam a qualidade do *particular* e podem tratar dele de maneira mais densa, os movimentos pautados nesta perspectiva podem correr o risco também, como acontece em muitos casos, de *desconexão* com o todo, de fragmentação e perda de impacto. É fato que não é pura e simplesmente o capitalismo que gera distinções e preconceitos, mas não se pode perder de vista as formas pelas quais seu metabolismo também se vale para reproduzir-se.

Dada a sua importância político-analítica, a questão da fragmentação da classe e de suas demandas deveria ser apreciada de outra maneira. Como bem lembra Hyman (1996), a idéia de uma classe trabalhadora harmônica e homogênea, trabalhando espontaneamente em suas organizações por ideais coletivistas, sempre esteve mais nos projetos daqueles que nisso apostavam e trabalhavam, do que na vida cotidiana da classe e de suas organizações, sempre marcadas pela heterogeneidade, aspirações localizadas e diversas. Apesar disso, ela não deixou de agenciar demandas, articulando mobilizações específicas e gerais, tendo nos sindicatos um forte pilar de sustentação. No atual contexto, ainda que de forma complexificada, ela pode seguir a sua tradição.

Assim, perceber as mudanças atuais de forma que elas signifiquem de *per se* o fim de uma possível ação transformadora e progressista, parece de uma limitação exorbitante. Só porque partem de demandas plurais e diversas, e não somente daquelas centradas no trabalho, não quer dizer que não possam constituir novas identidades e frentes comuns de ação. Este tipo de constelação que se forma traz, sim, o risco da fragmentação, no caso dos movimentos particularizados; mas, pode também, abrir novos caminhos a partir da associação e articulação de movimentos e perspectivas. Caberia, então, avaliar a capacidade interna e externa desses movimentos para o desenvolvimento de projetos políticos e societários que façam a articulação destes caminhos.

A Inglaterra, que foi o berço da Revolução Industrial e de movimentos reivindicativos dos trabalhadores, e que muitos parecem querer ver como seu túmulo, pode ser situada em um pólo avançado das mudanças pelas quais passa o planeta nos mais diversos níveis. E é dali, onde o cenário possivelmente encontrou seu grau mais agudo de transformação, que alguns indícios parecem trazer sinais de vida. Porém, para tanto, é preciso que os instrumentos de detecção não obscureçam o resultado da busca.

No meio do embate entre o feroz *Thatcherismo* e os sindicatos na Grã-Bretanha, já se podiam sentir novas alternativas no ar. Ao longo da greve dos trabalhadores nas minas que enfrentou duramente o governo dos conservadores ao longo do período 1984/1985, para além da força e da coragem dos trabalhadores, toda uma onda de solidariedade e novas alianças foram se construindo para tentar dar sustentação não apenas a luta dos trabalhadores, mas demonstrar o grau de descontentamento com as políticas governamentais.

Neste quadro, um dado importante foi a solidariedade dada à greve por setores que poderiam ser considerados inusitados nos marcos de percepção anterior. Os próprios mineiros, crescidos em pequenas comunidades tradicionais do interior, recebiam constrangidos a visita e o apoio material do movimento *gay*. Dois grupos sociais até então apartados começavam a se aproximar. Reduzindo barreiras de ambos os lados, os que estavam à “margem” buscavam convergir.

Apesar de todo o preconceito existente anteriormente, a solidariedade em um momento crucial de isolamento da greve fez com que o abismo que parecia separar dois mundos bastante diversos e até antagônicos se fechasse pavimentado pela possibilidade de construção de novas percepções mútuas, independente dos resultados da greve e do destino posterior dos mineiros. Vale

ressaltar a importância do encontro das duas perspectivas que produziram, ainda que pontualmente, esta identificação¹³.

Outra experiência, esta mais recente, ocorreu durante a greve de trabalhadores nas docas da cidade de Liverpool. Em setembro de 1996, no auge de um duro embate que já se arrastava há um longo tempo com o governo conservador, os doqueiros receberam, em um ato importante, o apoio e a solidariedade de uma série de movimentos alternativos. Em um ato chamado *Reclaim the streets*, que se estendeu por todo um final de semana, durante performances, debates e passeatas, era possível ver ombreados trabalhadores, *cabeludos*, *verdes*, *rastafaris* e afins. Esta manifestação, que tinha como centro *reclamar* os espaços que haviam sido tomados pelos conservadores em diversos níveis (daí, *reclamar* as ruas de volta à participação e ocupação pelo povo), já havia sido organizada, no mesmo período, em outras cidades inglesas como Manchester. O dado, porém, é que ela não incorporava a perspectiva direta da solidariedade sindical, o que acabou por adquirir em Liverpool onde os doqueiros se encontravam paralisados.

Não importava distinção. Ali, estavam todos tentando demonstrar seu descontentamento com as políticas do governo. Privatizações, demissões, podiam-se integrar à violência policial e aumento das leis repressivas anti-imigração, às medidas atentatórias ao meio-ambiente, e gerar um pólo identitário entre os grupos imersos naquele movimento.

Pode ser que este tipo provisório de identidade e combinação nos pareça pouco e limitado frente à crença de uma possível identificação mais duradoura e eficaz. O dado, porém, é que diante da fragmentação imperante e de sua rápida expansão, estas novas constelações vão indicando possibilidades de construir pontes e articular projetos que apresentem alternativas ao curso do processo.

A contrapartida sindical se faz sentir. Tem sido freqüente e importante a participação da TUC (Trade Union Congress), central sindical britânica, nas campanhas e atos públicos contra o racismo que atinge os membros dos grupos étnicos, sejam eles trabalhadores ou não. Sob o signo da unidade contra o racismo, a TUC, aliada a outros movimentos anti-racistas, visa enfrentar a perspectiva do preconceito racial em suas mais diversas formas. Neste sentido, diminuir ao máximo a margem de ação dos grupos *neonazistas*, barrar os avanços conservadores da legislação anti-imigração e coibir a violência policial, articulam-se com a luta contra as demissões por preconceito racial ou qualquer postura deste tipo nos locais de trabalho.

Exemplo importante, neste particular, foi a vitória dos trabalhadores da indústria automobilística Ford (fábrica de Dagenham, em Essex) na sua luta contra posturas racistas por parte da empresa. Em 1991, a empresa lançou um prospecto de propaganda no qual, a partir de uma foto de seus trabalhadores, enaltecia a *mistura* racial em sua força de trabalho. Já em 1996, a mesma foto foi re-utilizada. Porém, para surpresa de todos, fora retocada e alterada sensivelmente sua composição étnica. Um grupo de cinco trabalhadores, composto por negros e asiáticos, foi atingido: quatro negros foram *tornados* brancos e um indiano foi completamente *apagado*, através da montagem. Após a revolta dos trabalhadores que se organizou em uma greve de três horas, trazendo milhões em prejuízo, a negociação com os representantes sindicais trouxe aos trabalhadores não só a retira-

¹³Mais dados sobre a questão e mesmo sobre a inovativa participação das esposas e mulheres na rede de solidariedade ver Stead (1987).

da dos cartazes de propaganda das lojas e a autocrítica pública por parte da empresa, mas também uma compensação financeira para os atingidos em restituição pelos danos morais¹⁴.

Tem sido notável também o esforço dos sindicatos ingleses de atrair uma parcela que tem estado bastante afastada das fileiras sindicais: os jovens. A dificuldade de incorporar a juventude nas lutas sindicais tem sido uma constante em nível mundial. No sentido de reverter essa situação, os sindicatos e os militantes ingleses têm buscado aproximar-se dos espaços tidos como de ocupação jovem.

A montagem de um espaço (a tenda “Left Field”) que alterna debates, música, informação, e de distribuição e venda de material sindical no Festival Anual de Música de Glastonbury, um dos maiores e tradicionais eventos da cultura jovem britânica, tem dado resultado interessante no sentido de divulgar a luta dos trabalhadores, atrair a atenção para a mesma e construir novas formas de solidariedade. Isso tem servido também para o resgate de uma outra dimensão da luta que, embora fundamental, andava um tanto esquecida ou pouco priorizada na órbita sindical: a cultura. Talvez, não seja mera coincidência o surgimento, neste contexto, de uma nova geração de militantes sindicais na Inglaterra, que vem buscando alternativas frente às constantes (e mais variadas) ameaças aos direitos dos trabalhadores¹⁵.

Essa lenta e gradual recuperação (renovação, bem como ampliação) das formas organizativas dos trabalhadores podem ser identificadas em termos ainda mais gerais. Já são perceptíveis variados intentos de transformar os sindicatos ao redor do mundo em máquinas globais, em articulações que vão desde a cúpula (reuniões e manifestações de centrais sindicais e sindicatos) até a base e as organizações mundiais de trabalhadores (como a Comissão Mundial de Trabalhadores da Volkswagen), no que vem sendo chamado de “novo internacionalismo”, que vão dando um caráter transnacional às organizações dos trabalhadores¹⁶. Este processo não se tem dado sem a incorporação gradual de novas demandas e formas de orientação.

Assim, no estágio atual, é preciso não só perceber e trabalhar a pluralidade no interior da classe, agenciando demandas que partem do centro referenciado no trabalho, que podem incorporar outras dimensões, mas, sobretudo, partindo-se daí, articulá-las com demandas transversais que passem diferentes segmentos sociais, consolidando novos pólos identitários.

TRILHAS ABERTAS, CAMINHOS CRUZADOS

Ainda que pequenas e também em construção, as práticas acima referidas podem sinalizar para uma série de outras que conjugadas servirão para pavimentar o caminho na direção de projetos políticos mais amplos. É preciso, para tanto, fazer algumas indagações que decifrem os meandros e as direções das mudanças. Estaria mesmo o trabalho fadado a perder sua centralidade de importância em nossa sociedade? Estariam esgotadas as possibilidades agregadoras e formadoras de identidades a partir do mundo do trabalho?

¹⁴Conforme matéria de Sandra Laville e Martin Delgado sob o título “How Ford workers found they had changed race”, publicada no jornal inglês *Evening Standard*, na edição do dia 20 de fevereiro de 1996.

¹⁵Gostaria aqui de agradecer ao amigo Rob Copeland pelo envio de tais informações.

¹⁶A próprio campo de manifestações frente aos rumos da globalização tem aberto muitas possibilidades a luta dos trabalhadores. O chamado “movimento dos movimentos” só tem a ganhar com a participação cada vez mais efetiva dos trabalhadores em suas fileiras.

A nosso ver, principalmente no caso brasileiro, parece precipitado diagnosticar ou prognosticar este descentramento do trabalho - bem como dos atores que se desenvolveram em seu interior - em termos de sua importância social. Em termos globais, se não seria prudente deixar de perceber as mutações pelas quais ele vem passando, da mesma forma não se pode fechar os olhos às possibilidades sócio-políticas que vêm sendo gestadas e/ou radicalizadas no interior destas mutações (ANTUNES, 1999). Assim, ao mesmo tempo em que se pode assinalar que o trabalho e o seu entorno não seriam suficientes de forma isolada, para dar conta das possíveis pluralidades identitárias, pode-se indicar também que o trabalho ainda apresenta condições agregadoras que possibilitam a constituição de identidades e geração de demandas nada desprezíveis. Tais demandas podem ganhar em dinâmica e força, na medida em que se consiga perceber e articular a diversidade em seu interior. Ao invés de percebê-la exclusivamente enquanto ponto de fraqueza, é preciso saber usá-la como ponto de fortalecimento¹⁷.

Nesta virada de milênio, diante dos processos em curso, devemos aceitar a necessidade de trabalharmos no sentido da elaboração de um outro projeto emancipatório, a partir das experiências passadas e presentes. Obviamente, este será um longo e tortuoso caminho, cheio de dificuldades, porém, marcado por uma certa liberdade no sentido das tentativas. Isto foi promovido e facilitado pela crise dos paradigmas tradicionais, no que diz respeito aos projetos de emancipação a que se vinculam os movimentos por uma sociedade mais justa e igualitária. Este projeto não pode mais ser entendido enquanto uma camisa de força que sufoca as particularidades; ele precisa incorporá-las, transformando o fragmentário em unitário, ampliando, assim, seu alcance tanto ao nível particular quanto ao nível geral.

Como bem indicou Santos (1997), é necessário trabalhar no sentido de fazer com que as mudanças dos tempos correntes se articulem a um novo paradigma progressista de ordem político-societária. Em meio a isso, vale assumir as agruras e as tarefas do presente, e tentar construir uma nova unidade a partir da diversidade, sem permitir que, como no passado, a unidade destrua a diversidade, e, como no presente, em que a diversidade corre o risco de não se encaixar em nenhuma unidade. De ambas as formas os projetos se enfraquecem: um, por ser geral demais; o outro, por ser particularizado, fragmentário e pouco articulado.

Creemos que se torna fundamental a busca de uma perspectiva que, mesmo partindo das preocupações “micro-sociais” presentes nos movimentos “setorizados”, as transcenda e as articule com uma visão política transformadora mais ampla (NICHOLSON; SEIDMAN, 1995). Assim, a tradução de um pelo outro se faz fundamental para aqueles que propõem uma intervenção de base coletiva no social. Neste sentido, cremos que os trabalhadores podem e devem dar uma contribuição maior em termos de orientação às manifestações mais particulares de um ou outro setor e transformá-las realmente em instrumentos de ponta na construção efetiva de uma nova ordem social justa e igualitária.

¹⁷Por exemplo, conforme indicou Cappellin (1989) acerca da “confluência conflitiva” entre feminismo e sindicalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. Impasses e desafios: a crise e os sindicatos. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n. 20, p. 5-8, fev./mar./abr., 1993.
- _____. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicato*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BEYNON, H. The end of industrial worker? In: ABERCROMBIE, N.; WARDE, A. (Orgs.). *Social change in contemporary Britain*. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 48-65.
- BOITO Jr, A.. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARDOSO, A. M.. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. A era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- COSTA, M.; SANTANA, M. A. Relaciones de trabajo, sindicatos e integración económica: Brasil en los años 80 y 90. In: PRIES, Ludger; WANNOFFEL, Manfred. (Orgs.). *Regímenes de regulación laboral en la globalización*. Bochum: University Press, 2002. p. 137-168.
- GIULIANI, P. C. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no nordeste 1976/1986. In: COSTA, A. de Oliveira; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice e Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 49-63.
- HABERMAS, J. A nova intransparência — a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, p. 25-38, 1987.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 17-33, 1998.
- HYMAN, R. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Cidade do México, v. 2, n. 4, p. 113-137, 1996.
- _____. Os sindicatos e a integração econômica européia. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 65-79, 1997.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- JOYCE, P. (Org.). *Class*. New York: Oxford University Press, 1995.
- KELLY, J. *Trade unions and socialist politics*. Londres/Nova York: Verso, 1988.
- KERN, H.; SCHUMANN, M. *La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle*. Paris: Maison des Sciences del'Homme, 1989.
- KINGSFORD, P. *The hunger marchers in Britain – 1920-1940*. Londres: Lawrence and Wishart, 1982.
- LARANGEIRA, S. M. G. Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 22-34, 1998.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Informalidade e crise econômica. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 288, p. 15-30, 1996.
- MARTINS, H. S.; RAMALHO, J. Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/Cedi-Nets, 1994.
- MARWICK, A. *Class: image and reality in Britain, France and the USA since 1930*. Nova York: Oxford University Press, 1980.
- MILKMAN, R. Gender and trade unionism in historical perspective. In: TILLY, L.; GURIN, P. (Orgs.). *Women, politics, and change*. New York: Russel Sage Foundation, 1990. p. 135-157.
- MOODY, K. *Workers in a lean world – unions in the international economy*. Londres/NovaYork: Verso, 1997.
- NICHOLSON, L.; SEIDMAN, S. *Social postmodernism: beyond identity politics*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1995.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PIORE, M.; SABEL, C. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.

-
- RAMALHO, J. R. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 761-781, 2000.
- RODRIGUES, I. J. *Sindicalismo e política - a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.
- RODRIGUES, L. M. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: EdUSP, 1999.
- ROSANVALLON, P. *A nova questão social*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROWBOTHAM, S. Report from the Homefront. *Studies in Political Economy*, Canadá, n. 47, p. 25-37, 1995.
- SANTANA, M. A. Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 35-49, 2000.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SOUZA, D. B. de; SANTANA, Marco A.; DELUIZ, Neise. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
- STEAD, J. *Never the same again: women and the miner's strike*. Londres: The Women's Press Limited, 1987.
- THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Londres: Penguin Books, 1980.

ABSTRACT

The article deals with the dilemmas faced by collective action political paradigm that had it centre in a narrow view on labour. We indicate the current process of building broader concrete alternatives still related to labour. The article points out that despite the erosion and crisis of former political traditional structures new arrangements are taking place trying to work out as convergences to the whole range of social movements. The hypothesis is that labour has still got an important political role to play in the social transformation.

Keywords: *work, labour, social movements, identity.*